

# Transições Políticas da Argentina: Contextualizações e Conjunturas da Democracia

*Karolayne da Cunha Gonsalves  
Mario Dolvidio Leão Duarte Leão<sup>1</sup>*

**Resumo:** No presente trabalho serão analisadas as transições políticas pelas quais a atual República Argentina passou nos últimos 60 anos. Sob perspectiva da Ciência Política e análise histórica do país, o objetivo concentra-se em desenvolver, contextualizar e apontar as principais características dessas transições, tais como: movimentos políticos e sociais, particularidades internas e a influência internacional no território argentino e latino-americano. Através da cultura política do país platino, podemos levantar algumas ideias no que tange a sua similitude e diferenças da arena política brasileira. Por fim, nosso país vizinho, com sua cultura política bem marcante pelos incessantes movimentos de rupturas nas questões democráticas, torna-se um lócus de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Argentina. Ditadura Militar. Ciência Política. Transições Políticas. Democracia.

---

<sup>1</sup> Graduanda e graduando do Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## 1 Introdução

Estudar e compreender os processos políticos do continente sul-americano tem-se feito tarefa essencial no campo da ciência política, tendo em vista as transições existentes na sociedade contemporânea, como o conflito na Venezuela, as revoltas populares no Chile e a ascensão de governos conservadores, no caso do Brasil e da Bolívia. Vítima de diversos golpes militares, a República da Argentina nos oferece uma rica história, permitindo um entendimento extenso de como se dão essas mudanças políticas.

Com isso, o objetivo do presente artigo é apresentar de forma breve a relação da Argentina com a sua democracia, bem como analisar os regimes políticos desde o ano de 1958 até os dias atuais, tendo como objeto principal as transições políticas e as oscilações entre os períodos democráticos e autoritários. Sendo assim, serão investigados os processos que transformaram a vida política argentina nos últimos 60 anos e que levaram o Estado platino a tomar uma série de medidas para garantir a retomada da democracia após 1983. Além disso, o trabalho abordará características da cultura política do país, como os principais líderes políticos e as suas influências e, além disso, movimentos políticos e sociais existentes na sociedade argentina.

A hipótese do trabalho concentra-se na ideia de que a democracia argentina não está ameaçada apenas no período das ditaduras militares, o que é apresentado no índice de democracia Polity IV, a partir das suas análises gráficas das transições políticas. É apontado que, mesmo nos anos de ascensão peronista, o país é taxado como autoritário, contribuindo com a hipótese inicial. Com isso, a análise nos apresenta uma problematização conceitual, instigando uma imersão profunda nos movimentos políticos argentinos.

A partir da contextualização histórica e da inserção política do país na conjuntura internacional, juntamente com a análise de índice de democracia, é possível apontar diversas mudanças na vida política da República Argentina. Com uma cultura política constituída pelos traumas das ditaduras militares, o estudo de caso do país nos permite uma reflexão sobre redemocratização, políticas públicas efetivas e debates sobre conceitos da ciência política. Além disso, o estudo contribui

para uma compreensão geral de transições políticas nos solos da América do Sul e também reforça a necessidade de constituições de democracias efetivas e consolidadas.

## **2 O Contexto Histórico Democrático na Argentina**

Entre 1958 e 2019, a Argentina transformou-se de forma profunda. Numa breve análise dessas mudanças, cabe aqui destacarmos que a Argentina passou de um país com enormes dificuldades para consolidar o seu Estado-nação para um país que enfrenta, até hoje, muitas barreiras para consolidar sua democracia.

Se algo caracteriza a história da vida política argentina nos últimos 60 anos, são seus vários períodos de regimes, atravessando primaveras democráticas e muitos períodos de rupturas desse regime com a ascensão de governos ditatoriais. Tais aspectos dão um cenário assustador de episódios inflacionários e hiperinflacionários, casos esses que chamam a atenção no resto do mundo pelo grau de frequência e intensidade em que ocorrem. De 1958 até o ano de 2017, dos 22 presidentes, seis tiveram em seus mandatos inflações anuais de três dígitos, sendo as mais significativas as dos governos de Reynaldo Bignone (401%) e Raúl Alfonsín (398%), e sendo o maior pico registrado em 1989, com uma inflação de 3079% e uma desvalorização histórica de sua moeda (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA [INDEC], 1998).

Linz (1996, p. 94) fala que a crise da democracia é entendida como a incapacidade de resolução de problemas por parte do sistema e das oposições desleais que se apresentam como alternativa e propiciam a polarização ao buscar fora do governo a solução de problemas. Partindo dessa afirmação, busca-se entender como a Argentina, um país com uma cultura política bem lastreada na sociedade, onde se vê movimentos sociais muito bem estabelecidos e pautando a agenda das políticas públicas, manifestações intensas e sindicatos bem consolidados com o senso de cooperação nas classes trabalhadoras e nos vários polos sindicais, fez uso recorrente de golpes e de regimes autoritários nos últimos 60 anos.

A Argentina teve algumas primaveras antes do mais letal de seus regimes autoritários, compreendido entre os anos de 1976 e 1983. Suas experiências com regimes autoritários culminaram no último período ditatorial, que seria o mais sangrento do país. Aqui neste trabalho, começaremos o recorte temporal a partir

do ano de 1958, para melhor compreendermos o antes e depois da última ditadura na Argentina.

No ano de 1958, onde começa o Quadro 1, é possível ver uma grande variedade de regimes autoritários militares, um regime autoritário civil e alguns pequenos períodos democráticos antes da emergência do Regime Autoritário de 1976. Aponta-se também o governo cívico-militar do presidente José Maria Guido, único ditador civil a comandar o país, de 1962 a 1963.

**Quadro 1 – Presidentes argentinos no período de 1958 a 1976**

Nome presidente	Nº presidente da república	Início do mandato	Fim do mandato	Duração	Vida	Partido
Pedro Eugenio Aramburu	29	13 de novembro de 1955	1º maio de 1958	2 anos, 5 meses e 18 dias	1903 †1970	Militar
Arturo Frondizi	30	1º maio de 1958	12 março de 1962	3 anos, 10 meses e 28 dias	1908 †1995	União Cívica Radical Intransigente
José Maria Guido	31	29 de março de 1962	12 de dezembro de 1963	1 ano, 8 meses e 13 dias	1910 †1975	União Cívica Radical Intransigente
Arturo Umberto Illia	32	12 dezembro de 1963	28 junho de 1966	2 anos, 6 meses e 16 dias	1900 †1983	União Cívica Radical
Juan Carlos Onganía	33	29 junho 1966	8 junho de 1970	3 anos, 11 meses e 10 dias	1914 †1995	Militar
Roberto Marcelo Levingston	34	8 junho de 1970	23 maio de 1971	11 meses e 15 dias	1920 †2015	Militar
Alejandro Augustín Lanusse	35	26 maio de 1971	25 maio de 1973	1 ano, 11 meses e 29 dias	1918 †1966	Militar
Hector José Campora	36	25 maio de 1973	13 de julho de 1973	1 mês e 18 dias	1909 †1980	Frente Justicialista
Raúl Alberto Lastiri	37	13 de julho de 1973	12 outubro de 1973	2 meses e 29 dias	1915 †1968	Frente Justicialista

Juan Domingo Perón	38	12 de outubro de 1973	1 de julho de 1974	8 meses e 19 dias	1895 †1974	Partido Justicialista
Isabel Martínez de Perón	39	1º de julho de 1974	24 de março de 1976	1 ano, 8 meses e 23 dias	1931 – hoje	Partido Justicialista

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Casa Rosada (2019).

Neste ano de 2019, a República da Argentina completa 36 anos de vida democrática, em seu mais longo caminho desde a normalização institucional que começou no dia 10 de dezembro de 1983 com a posse de Raúl Alfonsín, depois de sete anos de uma das mais sangrentas ditaduras militares na América Latina. Três dúzias de anos depois, a Argentina passa por mais um momento de instabilidade política, com uma profunda crise econômica que não dá sinais de arrefecer. Segundo a última publicação do INDEC (Instituto de Estatística do Estado), o índice de preços dos últimos doze meses subiu para 54,7%, um dos mais altos do mundo, com aumentos significativos nos setores de transporte (67,5%) e alimentos (64%). Toda essa conjuntura pode pôr fim ao governo do presidente de direita Mauricio Macri.<sup>2</sup>

Para entender a democracia de um país, não basta olhar para como se dão as eleições e para a forma como os candidatos galgam postos eletivos. Precisamos compreender mais profundamente, analisando minimamente sua cultura política, a saber, o conjunto de atitudes, crenças, normas e valores políticos partilhados pelo povo argentino, incluindo assim o seu sistema político em vigor, as instituições políticas existentes e a sua economia, chaves essas que fazem abrir uma caixa de ferramentas conceituais.

Definimos aqui de forma abreviada que a democracia eleita no trabalho refere-se a um regime político em que todos os cidadãos são elegíveis e partícipes do jogo democrático, diretamente ou através de representantes eleitos, deliberando, confeccionando propostas de criação de leis e exercendo o poder de governação

<sup>2</sup> Esse artigo foi elaborado antes do dia 27 de outubro de 2019, onde saiu como vencedora das urnas em primeiro turno a Chapa Fernández & Fernández, com Alberto Fernández e Cristina Kirchner Fernández do partido Justicialista.

através do sufrágio universal (MORLINO, 2010). Corroborou aqui neste trabalho a ideia de Santos (2004, p. 10), que oferece uma perspectiva latino-americana sobre a democracia e suas crises, afirmando que a discussão deve partir desde o contrato social, um primeiro instrumento que contém sua própria limitação, visto sua medida que necessariamente se subordina à vontade geral para garantir a equidade. Nessa mesma medida, produz-se uma limitação à liberdade, que se destaca de forma eficaz junto à dependência de uma democracia para superar as suas debilidades decorrentes de falta de capacidade redistributiva. Santos afirma:

Da mesma maneira que a cidadania se configura desde o trabalho, a democracia está desde o princípio ligada à socialização da economia. A tensão entre capitalismo e democracia é, nesse sentido, constitutiva do Estado moderno, e a legitimidade deste Estado sempre esteve vinculada ao modo, mais ou menos equilibrado, em que se resolveu essa tensão [...] Seu grau máximo de legitimidade resulta da conversão, sempre problemática, da tensão entre democracia e capitalismo em um círculo virtuoso no qual cada um prospera aparentemente na medida em que ambos prosperam conjuntamente. Nas sociedades capitalistas este grau máximo de legitimidade se alcançou nos estados de bem-estar social na Europa do Norte e do Canadá. Esse paradigma social, político e cultural (o contrato social) vem atravessando a mais de uma década uma grande turbulência, tão profunda que parece estar apontando para a uma mudança de época e para uma transição paradigmática (SANTOS, 2004, p. 7-10, tradução nossa).

A sociedade argentina de hoje muito pouco se parece com a sociedade de algumas décadas passadas. Muitas mudanças aconteceram neste curto período de tempo após a redemocratização, muitos “vai e vens” da economia, muitas transformações políticas e um modelo econômico marcado por altos e baixos. Nas últimas décadas, a Argentina deteriorou sua situação econômica a níveis alarmantes, deteriorando as condições de vida do povo argentino e ampliando a pobreza de modo a alcançar um *status* de fenômeno de problema público (FREYRE, 2014, p. 6).

Neste trabalho pensamos em traçar um panorama de uma Argentina marcada por seus altos e baixos, tanto nos níveis políticos como econômicos. Analisaremos aqui sua cambiante democracia sob a ótica de três períodos: o primeiro se estenderá de 1958 a 1976; o segundo, chamado período da Ditadura Militar, de 1976

a 1983; e o terceiro de 1983 até os dias atuais. Nesse recorte que aqui elaboramos, serão traçados alguns pontos desses três períodos e seus principais impactos na vida das pessoas, com uma breve análise no que tange a cultura política da Argentina.

### **3 Ditaduras Militares na América Latina**

O começo desse episódio doloroso na região latino-americana, conhecido como o período das ditaduras militares, foi um resultado de dois processos que sacudiram a América Latina no final dos anos 1950. A região estava passando por uma crise estrutural e econômica por conta de empréstimos comerciais acumulados na Segunda Guerra Mundial, decorrentes da Terceira Revolução Industrial e da drenagem de riquezas feita por grupos estrangeiros (PADRÓS, 2013, p. 27). O segundo processo foi a Revolução Cubana, a qual demonstrou o poder popular e socialista da América Latina. O contexto era da Guerra Fria, em que o mundo dividia-se em dois polos políticos e econômicos: capitalismo e socialismo.

Tendo em vista a conjuntura apontada na América Latina, a revolta estudantil, a insatisfação social e o “inimigo comunista”, os Estados Unidos passam a refletir sobre a nova situação, já que a possível instalação do comunismo na América Latina os atingia ideologicamente e estrategicamente. Isso resultou na implementação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) para eliminar a ameaça comunista do continente utilizando métodos de guerra não convencionais. Em 1964, o Brasil torna-se a primeira vítima do DSN na América do Sul a partir do apoio estadunidense, e seu território passa a ser laboratório das torturas repressivas (PADRÓS, 2013, p. 27). Depois do Brasil e do Paraguai (também em 1964), foi a vez da Argentina (1966 e 1976), da Bolívia (1966 e 1971) e do Uruguai e do Chile (1973). Em todos os casos citados acima, as ditaduras foram baseadas no DSN, tendo princípios semelhantes: o anticomunismo, a escolha de um inimigo interno (o inimigo variava conforme o país), a construção de um papel político significativo para as Forças Armadas e a formação de uma ideologia nacional (também variava) (PADRÓS, 2013, p. 27-28). A intensidade das repressões variou igualmente; entretanto, todas tendiam a torturas físicas e psicológicas, assassinatos e ocultação de crimes.

Para justificar a posse militar, todos os países assumiram um discurso liberal defendendo a proteção da propriedade privada, o capital nacional, a “democracia” e a estabilidade política e social, que estaria ameaçada pelos comunistas. Com isso, além da repressão física que ocorria com aqueles que eram contra o regime, as ditaduras baseadas no DSN aplicaram medidas extremamente severas, como restrição total ou parcial dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), censura, violação dos direitos humanos e extinção de partidos políticos, o que destruía as bases de uma democracia representativa<sup>3</sup> (PADRÓS, 2013, p. 28).

Em relação às ditaduras na América Latina, é extremamente importante citar a Operação Condor (1973-1980)<sup>4</sup>, pois de todas as modalidades ocorridas na região, nenhuma foi tão cruel ou deixou tantas marcas de sangue e consequências econômicas que até hoje são sentidas em alguns países (DINGES, 2005). Diferente das demais, a Operação Condor não foi iniciada pelo Estados Unidos, mas pelos principais ditadores da época, como: Castelo Branco, Augusto Pinochet, Jorge Videla e Aparício Méndez. Mesmo não a iniciando, os EUA não recusaram em apoiar a operação, conforme cita John Dinges:

[...] Mas os diplomatas, o pessoal do Serviço de Inteligência e os oficiais militares norte-americanos também estavam tão intimamente associados com as instituições militares responsáveis pela repressão que faziam pouco ou nada para desencorajar os numerosos crimes de direitos humanos [...] (DINGES, 2005, p. 19).

John Dinges (2005) classifica o início da operação em 11 de setembro de 1973, quando o militar Augusto Pinochet bombardeou o Palácio Presidencial do Chile. O início da Operação Condor foi justificado como uma “guerra ao terrorismo”, tendo como alvo os “subversivos” comunistas. O alvo não era novo, tendo em vista que no DSN a assombração era um reflexo da União Soviética e da disseminação dos ideais socialistas; aqui, entretanto, as medidas passam a ser mais severas. A ideia principal da Operação era ganhar tempo, e com isso o sistema de tortura e assassinato foi modificando-se, assim como a falta de limites

3 Democracia representativa: Tipo de democracia onde os representantes de instituições, parlamentos, congressos e demais poderes são escolhidos pelo voto popular, tanto através de eleições diretas como de eleições indiretas no parlamento; em ambos os casos, ocorre uma competição entre partidos políticos (GONZÁLEZ, 2000, p. 91).

4 Simplificadamente, a Operação Condor foi uma aliança político-militar entre regimes militares da América Latina, como Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai, juntamente com o apoio dos Estados Unidos na década de 70. O principal objetivo concentrava-se na repressão e eliminação de líderes de esquerda instalados nos países do Cone Sul.



de demarcações territoriais (PADRÓS, 2009, p. 16). Disso resultou uma impossibilidade de refúgio e segurança em outros países e a constituição de uma cultura do medo, silenciando todos aqueles que não eram convenientes à repressão militar.

A Operação Condor foi o ápice dos desaparecimentos, dos homicídios e da inexistência de direitos humanos durante as ditaduras militares na América Latina, e a repressão deixou marcas existentes até hoje no imaginário social. Desse modo, é interessante pensar como isso retrata o pensamento social atual nos países afetados, os quais tendem a diferir em determinados avanços sociais. Utilizando do escopo de estudo, podemos identificar que o povo argentino é muito engajado politicamente, e que esse pensamento politizado pode ter se originado das inúmeras ditaduras pelas quais o país passou, como também da forte repressão da qual foi vítima. *Las Madres de la Plaza de Mayo* (Mães da Praça de Maio), *Las Abuelas de La Plaza de Mayo* (Avós da Praça de Maio), *La Casa por la Identidad* (Casa para Identidade) e *El Archivo* (O Arquivo) são produtos empíricos do quanto a Argentina preocupou-se em manter a sua história viva para que o terrorismo não se instalasse novamente (MASSA, 2016, p. 310)<sup>5</sup>.

#### **4 Ditaduras Militares: um Breve Esboço e sua Transição para a Democracia**

O processo de transição democrática na Argentina pode ser lembrado de forma mais eficaz pela ruptura com o Regime Ditatorial (1976-1983) e, especialmente, pelas investigações e pelos julgamentos dos altos comandantes militares, suas responsabilidades e as violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura argentina. Esse julgamento e a ruptura com o regime prevê uma não negociação de condições de impunidade para os militares, e é considerado, dentro da América Latina, um exemplo de combate e punição dos crimes da ditadura. Raul Alfonsín (conforme o Quadro 2), tão logo subiu ao poder derrotando o outro candidato peronista, começou a se movimentar rumo à punição dos altos comandantes da arena militar pelos seus crimes cometidos durante a ditadura argentina (CALADO, 2011, p. 10).

---

<sup>5</sup> Ver: Jimena Maria Massa: “Restituição de identidades” e (re) reconstrução de parentesco em casos de “netos/as apropriados(as) pela ditadura militar na Argentina”. A tese aborda de forma mais detalhada o posicionamento do Estado Argentino e de órgãos públicos no que tange aos desaparecidos e apropriados do período militar.

**Quadro 2** – Presidentes eleitos após o regime ditatorial de 1983.

<b>Nome presidente</b>	<b>Nº presidente da república</b>	<b>Início do mandato</b>	<b>Fim do mandato</b>	<b>Duração</b>	<b>Vida</b>	<b>Partido</b>
Raúl Alfonsín	44	10 dezembro de 1983	8 julho de 1989	5 anos, 6 meses e 28 dias	1927 – 2009	União Cívica Radical
Carlos Menem	45	8 julho de 1989	10 dezembro de 1999	10 anos, 5 meses e 2 dias	1930 – hoje	Partido Justicialista
Fernando de la Rúa	46	10 dezembro de 1999	20 dezembro de 2001	2 anos e 10 dias	1937 – hoje	União Cívica Radical
Adolfo Rodríguez Saá	47	22 dezembro de 2001	30 dezembro de 2001	8 dias	1947 – hoje	Partido Justicialista
Eduardo Duhalde	48	2 janeiro de 2002	25 maio de 2003	1 ano, 4 meses e 23 dias	1941 – hoje	Partido Justicialista
Néstor Kirchner	49	25 maio de 2003	10 dezembro de 2007	04 anos, 6 meses e 15 dias	1950 – 2010	Partido Justicialista
Cristina Fernández de Kirchner	50	10 dezembro de 2007	10 dezembro de 2015	8 anos	1953 – hoje	Partido Justicialista
Mauricio Macri	51	10 dezembro de 2015	Atualidade	Atualidade	1959 – hoje	Proposta Republicana

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Casa Rosada (2019).

## 5 Peronismo e o Autoritarismo

A Argentina foi o país que mais oscilou entre regimes na América Latina, passando por diversos períodos militares e governos democráticos extremamente instáveis. Sendo assim, o autoritarismo esteve presente em grande parte da sua história, se manifestando com intensidade principalmente nos governos ditatoriais. Entretanto, embora o peronismo seja um movimento constituído na Argentina com maior engajamento social e de políticas públicas, se julga que há certos aspectos

autoritários em antigos governos peronistas. Com isso, para facilitar a compreensão, é importante traçar uma linha temporal (Figura 1).

**Figura 1** – Cronologia de transições (1946 – 2019)



Fonte: Elaborado pelos autores.

O peronismo é uma das particularidades da política argentina, ou seja, é impossível discorrer sobre a política do país sem citar a trajetória dos protagonistas do movimento, os quais têm influência até hoje no solo latino. Muitos taxam o peronismo como mero partido político (DELLASOPPA, 1998, p. 20); entretanto, o mesmo passou a ser mais conhecido por ser um movimento político, transcendendo seu papel social. Como é possível identificar na linha histórica (Figura 1), o peronismo se inicia em 1946 com Juan Domingo Perón, pai do movimento e que bate um dos recordes de estabilidade política ao ficar quase 10 anos no poder. Embora o período democrático rompa-se novamente em 1955, o peronismo (e o Partido Justicialista) retoma novamente em 1973. Pouco depois, o mandato de Perón é interrompido pelo seu falecimento, trazendo ao poder a sua esposa Isabel Perón, que tem seu mandato, também, precocemente encerrado em março de 1976, quando a Argentina sofre um golpe militar (CALADO, 2011, p. 23).

No que tange ao autoritarismo na Argentina, vale ressaltar o próprio peronismo sob tal perspectiva, ao invés de analisar apenas governos ditatoriais enquadrados como governos autoritários (o que já foi discorrido ao longo do presente trabalho), com o fim de desenvolver uma visão mais completa sobre o movimento político. Para introduzir o assunto, cita-se o trabalho de Rui Calado:

[...] O caso não terá sido o único no período “peronista”, também os partidos políticos de oposição foram perseguidos, o Partido Comunista e o Partido Socialista viram inúmeros militantes serem detidos e até assassinados... É neste ambiente autoritário, a par de uma conjuntura externa favorável devido a uma Europa destruída pela guerra, que se implementa uma nova política econômica com medidas proteccionistas para o desenvolvimento de sectores industriais [...] (CALADO, 2011, p. 15).

E de Emilio Dellasoppa:

[...] Pelo menos durante suas duas primeiras presidências, Perón não concebe a possibilidade de um diálogo com uma oposição reconhecida como um direito do outro; apenas suas alternativas permanecem entre o esmagamento e a conversão [...] (DELLASOPPA, 1998, p. 133).

Em termos comparativos, Juan Perón poderia ser comparado com Getúlio Vargas em certos aspectos. As duas figuras políticas, geralmente associadas ao populismo, o “pai dos pobres”, fizeram os respectivos países crescerem economicamente, principalmente nos setores mais preconizados. Entretanto, suas ideologias contradizem-se muito com suas práticas, o que anula benefícios gerados em seus mandatos. Uma diferença entre as duas figuras, obviamente, é a forma em que chegaram ao poder. Nos três mandatos em que teve, Perón foi eleito de forma democrática, sem ferir uma das bases da democracia, diferente de Getúlio Vargas no seu primeiro mandato.

Dito isso, conclui-se que mesmo com os avanços trazidos por Juan Perón, como o crescimento econômico e estatal e a melhoria no nível de vida das classes baixas (CALADO, 2011, p. 14), o peronista ainda divide a opinião de muitos teóricos. Vale ressaltar que, embora não tenha sido um exemplo de presidente, ainda assim deixou um legado valioso e um poder simbólico na sociedade argentina. O Partido Justicialista se manteve forte justamente por conta do seu legado, tendo diversos presidentes eleitos, os quais tiveram impactos muito semelhantes ao de Perón, como o casal Kirchner.

## 6 As Ondas Neoliberais na Argentina no Pós-Regime Autoritário

A entrada da Argentina no chamado menemismo, governo de Carlos Menem em 1989, fez com que a Argentina se instalasse em um governo neoliberal e, conseqüentemente, abrisse suas portas para as chamadas reformas de mercado. Esta onda neoliberal varreu a América Latina nos anos finais de 1980 e perpetuaria-se durante toda a década de 1990 na região.

No governo de Menem, inicia-se a venda de grande parte do patrimônio nacional argentino em tempo recorde, ante a passividade de uma sociedade hipnotizada pelo *boom* do consumo e por uma pseudo entrada no Primeiro Mundo, como diziam os jornais da época. Assim, a Argentina abriu mão do seu petróleo e de todas as empresas energéticas, bem como as de serviços e comunicações. A década de 1990 seria para o país um rumo ao desconhecido até então, interpondo uma maior distância entre pobres e ricos (que chegaria a ser quarenta vezes maior) e levando ao maior endividamento da sua história. A onda neoliberal, a qual varre a América Latina no apagar das luzes da década de 1980, estoura na Argentina no seu ápice, no ano de 1998. O Fundo Monetário Internacional (FMI) diz que a crise argentina foi mais profunda e prolongada que a do México e não teve um final anunciado. Tudo isso vem a somar-se com o aumento da dívida pública do país e culminaria com o estouro no ano de 2002, o qual joga o país numa sucessão sem precedentes de presidentes. Apenas neste ano, a Argentina teve cinco presidentes sentando-se na cadeira presidencial (FREYRE, 2014).

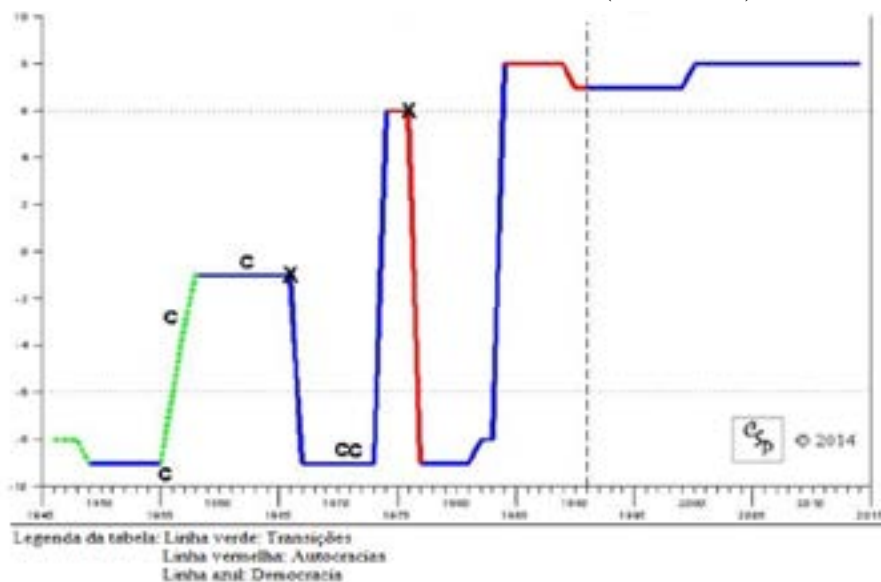
Algumas perguntas ainda pairam no ar sobre o modelo econômico adotado por Carlos Menem. Uma delas é: como o modelo econômico menemista, que vinha fazendo seu trabalho tal qual ditava o modelo a ser seguido pelo FMI, e que nesse mesmo ano veio a ser elogiado pelo então presidente do FMI Michel Candessus, declara bancarota em 2001? É fundamental sublinhar, como muito bem aponta Freyre (2014), que, neste trabalho, essas explicações não nos interessam como um fim em si mesmo, nem tampouco que o ponto de vista da ideologia neoliberal seja visto como bom ou mal; o que nos interessa aqui é contrapor argumentos sobre a mesma realidade social. Cabe neste sentido assinalar que de uma outra visão sobram distintas responsabilidades do que realmente ocorreu nesse período na Argentina.

Diferentes soluções foram postas em debate, alguns “remédios amargos”, como alguns economistas tendem a referir-se aos impactos maléficos que são gerados pela economia em relação aos cidadãos.

## 7 Análise de Índice: O Enfoque da Argentina Sob o Polity IV

O Polity IV é um projeto do Center for Systemic Peace cujo índice realiza pesquisas de dados políticos nos principais Estados independentes e com população total ou acima de 500.000 (o que totaliza 167 países). A atividade do quantificador é monitorar as mudanças de regimes e identificar a qualidade das autoridades democráticas e autocráticas governamentais, assim como verificar as atualizações de características e dados governamentais. O conjunto de dados fornecido pelo Polity IV engloba o período de 1800 a 2017, sendo produzido por especialistas acadêmicos, políticos e uma comunidade de inteligência. Os pesquisadores classificam a pontuação do país a partir do “Polity Score”, realizando cálculos baseados em uma escala média de 21 pontos que varia de -10 (monarquia) a +10 (democracia consolidada). Essa medida é feita pelos seguintes fatores: governo central do país, grupos políticos, e suas ações e reações (CENTER FOR SYSTEMIC PEACE, 2018).

**Gráfico 1 – POLITY IV: ÍNDICE ARGENTINA (1946 – 2013)**



Fonte: Center for Systemic Peace (2014).

Seguindo os dados do Gráfico 1, é possível identificar os picos políticos que se passaram na Argentina no período entre 1946 e 2013, assim como as inúmeras vezes em que o país foi vítima de golpes, classificados na tabela como “C”, e que totalizam quatro em menos de setenta anos. Analisando os dados contidos a fio, em comparação com o conteúdo abordado no trabalho, é possível identificar certas questões. Por exemplo, o período entre 1946 e 1955, em que Juan Perón foi presidente, embora seja classificado como democrático pelo Polity IV, teve uma classificação numérica extremamente baixa. Em contrapartida, o período de transição militar entre 1955 e 1958 subiu em relações numéricas, ainda sendo classificado como uma democracia. É interessante analisarmos tais dados, pois apesar de sempre julgarmos os períodos militares como antidemocráticos, certos conceitos políticos permitem que tais períodos sejam caracterizados como democráticos<sup>6</sup>.

Dando continuidade à análise, o nível democrático só abaixa novamente no segundo regimento militar desse período (1966-1973), subindo apenas em 1973, ironicamente no mesmo ano em que Juan Perón retoma o poder. Um ponto importante a ser mencionado é o último regime militar (1976-1983), o qual classificamos no trabalho como a ditadura mais sangrenta. Conforme se visualiza na tabela, é o primeiro período (de dois) que é classificado como autoritário, chegando ao seu ápice no mesmo nível de democracia do segundo mandato de Perón.

Por fim, os dados demonstram que após o regime militar de 1983 tem-se a reinstalação da democracia no solo argentino, a qual chega a seu maior nível. Entretanto, o período entre 1985 e 1990 (governo de Raúl Alfonsín) é classificado pelo índice como autoritário, deduzindo-se que seja pelo fato do governo ter alcançado uma das maiores inflações do país, conforme foi discorrido anteriormente. Após esse período, a Argentina mantém-se em uma democracia estável, ficando no nível médio de oito. Entretanto, esses dados limitam-se até o ano de 2014, o que não nos permite visualizar a classificação do índice para o governo de Mauricio Macri (eleito em 2015).

Podemos identificar que os resultados obtidos pelo índice quantitativo Polity IV não deixam muitos questionamentos no que diz a respeito à qualidade

---

<sup>6</sup> É importante ressaltar que o Polity IV não deixa clara a sua definição de conceito de democracia, mas levando em consideração o fato de ser um projeto estadunidense, pressupõe-se que seja apropriado o conceito de democracia liberal.

dos dados, visto que tornam possível compreender com mais clareza as transições políticas contemporâneas na Argentina. Embora não considerem os períodos militares de 1955-1958 e de 1966-1973 autoritários, os dados condizem muito com a história argentina, contribuindo com a argumentação construída no trabalho.

## 8 Conclusões

Recuperar uma análise de democracia de um país como a Argentina é uma janela que constitui uma gama de oportunidades de reconhecer que a democracia não nasce apenas em 1983; neste ano, ela apenas retorna de maneira distinta e particular. O debate de redemocratização aponta para uma riqueza de oportunidade de estudar-se o país, assim como para a sua capacidade tenaz de reerguer-se em diversas ocasiões, o que é possível identificar em sua história.

A Argentina foi exemplo em deixar a sua história explícita, pois foi em busca da criminalização dos comandantes da mais sangrenta ditadura do país (1976-1983), o que refletiu muito na sua política e pensamento social, algo que não foi cogitado no Brasil e em muitos outros países vítimas de ditaduras. Com isso, de modo sistemático, foi possível visualizar que se um país tem como objetivo o avanço da sua democracia, é necessário que haja uma reconfiguração do sistema político. Além disso, torna-se essencial uma reconfiguração nos demais sistemas, como os direitos sociais, que permitem enfrentar a desigualdade, e na qual não só implicam novas ferramentas de leis em termos de política social. No que tange ao caso argentino, podemos ver algumas aprovações no governo de Néstor Kirchner, as quais foram efetivadas com maior coerência. Ou seja, mudanças no Estado fortalecem o exercício da democracia, aumentando os direitos civis e sociais para as parcelas da população.

Por fim, a Argentina serve como exemplo no processo de redemocratização, tendo em vista que seu último processo de transição (1983) consolidou-se até o momento e, diga-se de passagem, tem sido o mais longo da história do país. É possível refletir que parte do sucesso atual se deve às políticas públicas em defesa da democracia, assim como à retratação com a população argentina vítima da última ditadura militar no país. Considerando a importância do assunto para a cultura política, é extremamente importante a produção de trabalhos como o atual, pois a



Argentina é um ótimo exemplo de transição política (tendo passado por diversas) assim como de particularidades em seus regimes, o que é muito considerável no campo da ciência política.

### **Political Transitions of Argentina: Contextualization and Conjectures of Democracy**

**Abstract:** This paper aims to analyze the political transitions that the Argentine Republic has undergone in the last 60 years through the perspective of Political Science and the historical analysis of the country. The objective focuses on developing, contextualizing and pointing out the main characteristics of these transitions, such as: political and social movements, internal particularities and international influence in Argentine and Latin American territory. Through the political culture of the platinum country we can raise some ideas regarding its similarity and differences from the Brazilian political arena. Finally, Argentina, with its political culture marked by incessant movements of rupture in democratic issues, becomes a locus of learning.

**Keywords:** Argentina. Military Dictatorship. Political Science. Political Transitions. Democracy.

### **Referências**

CALADO, Rui Manuel Costa. *Políticas de Memória na Argentina (1983-2010): Transição Política, Justiça e Democracia*. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

CASA ROSADA. *Galería de Presidentes*. Disponível em: <https://www.caserosada.gob.ar/nuestro-pais/galeria-de-presidentes>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CENTER FOR SYSTEMIC PEACE. *Polity IV Regime Trends: Argentina, 1946-2013*. 2014. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/polity/arg2.htm>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CENTER FOR SYSTEMIC PEACE. *Polity Project*. 2018. Disponível em: <http://www.systemicpeace.org/polityproject.html>. Acesso em: 21 jun. 2019.

DELLASOPPA, Emilio. *Ao inimigo, nem justiça: Violência política na Argentina, 1943-1983*. São Paulo: Editora Hucitec Ltda, 1998.

DINGES, John. *Os anos de Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2005.

FREYRE, María Laura. El problema del desempleo en Argentina y el surgimiento de los Planes de Empleo y sostenimiento de ingresos en la agenda pública. *Revista de Sociologia e Política*, [S.l.], v. 22, n. 51, p. 35-54, set. 2014.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. *Democracia e conselhos de controle de políticas públicas: Uma análise comparativa*. 2000. 327 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. [Site institucional]. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Institucional-Indec-InformacionDeArchivo-2>. Acesso em: 21 jun. 2019.

LINZ, Juan J.. *La quiebra de las democracias*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

MASSA, Jimena Maria. “Restituição de identidades” e (re)construção de parentesco em casos de “netos apropriados” pela ditadura militar argentina. 2016. 390 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MORLINO, Leonardo. Teoria da democratização, qualidade da democracia e pesquisa de opinião: ainda em “mesas separadas. In: MOISÉS, José (org). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?*. São Paulo: EDUSP, 2010. p. 23-44.

PADRÓS, Enrique Serra. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. *Organon: Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 15-38, dez. 2009.

PADRÓS, Enrique Serra; VIVAR, Jorge Eduardo Enriquez (Org.). *Memórias da Resistência e da Solidariedade: O Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva*. Porto Alegre: Ed. ASF, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar la democracia: Reinventar el estado*. 2. ed. Quito: Ediciones Abya-yala y Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS-FES), 2004.